



Processo nº 111.859/06

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº
2008/103.0

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
FIRMADO ENTRE A CÂMARA DOS
DEPUTADOS E O DISTRITO FEDERAL,
POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A
COLABORAÇÃO MÚTUA PARA
SEGURANÇA PÚBLICA ESTRATÉGICA E
ESPECIALIZADA NAS ÁREAS
ADJACENTES AO COMPLEXO PREDIAL
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e oito, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada simplesmente CÂMARA e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e o DISTRITO FEDERAL, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, situada no SAIS – Área 4, Anexo do QCG, em Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.942.610/0001-16, doravante denominada simplesmente PMDF e neste ato representada pelo seu Comandante-Geral, o senhor ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA CERQUEIRA, CORONEL QOPM, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília – DF, conforme delegação de competência que lhe confere o Decreto/DF nº 17.296, de 17/04/96, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, de conformidade com o processo em referência à epígrafe e com as disposições contidas no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80/01, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e na Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, doravante denominada simplesmente LEI, em especial no artigo 116 da LEI c/c o artigo 156 do REGULAMENTO, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a colaboração mútua entre a CÂMARA e a PMDF para o desenvolvimento, implantação, operacionalização e aperfeiçoamento de um sistema integrado de policiamento ostensivo e especializado e de segurança estratégica nas áreas públicas adjacentes ao complexo predial da Câmara dos Deputados, bem



como na Residência Oficial, nos seus blocos de apartamentos funcionais, no Depósito do SIA e na Torre de Rádio e TV da CÂMARA, com compartilhamento de recursos materiais e de formação e de aprimoramento técnico-profissional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

São atribuições da CÂMARA, para fins de consecução do objeto deste Acordo de Cooperação:

a) ceder, por cessão administrativa de uso, em caráter não oneroso, área para as instalações da 4ª Companhia de Polícia Militar Independente (4ª CPMInd), localizada no SGMN, Projeção “L”, do Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, observado o disposto no presente instrumento, notadamente, as seguintes condições:

a.1) a permanência do corpo técnico da PMDF nas dependências da CÂMARA não configura subordinação entre as partes;

a.2) a utilização das dependências de instalação da 4ª CPMInd pressupõe a observância pelo corpo técnico da PMDF das normas de acesso, utilização e segurança estipuladas pela CÂMARA, sem prejuízo das prerrogativas e normas inerentes à PMDF;

b) promover, durante a vigência do presente Acordo, a manutenção das instalações cedidas, aí inclusos mobiliário, equipamentos de informática e fornecimento de material de expediente, cabendo, ainda, à CÂMARA arcar com as despesas de água, luz e linhas telefônicas, nas quais haverá acesso à telefonia móvel celular;

c) reformar e ampliar as instalações cedidas, conforme projeto a ser definido entre os partícipes do presente Acordo;

d) adquirir uma central móvel para utilização em eventos e manifestações públicas exclusivamente nas áreas adjacentes ao complexo predial da Câmara dos Deputados, conforme especificação a ser apresentada pelo setor de apoio logístico da PMDF;

e) ceder automóveis e motocicletas, por meio de termo próprio, observada a política já utilizada pela PMDF de renovação e manutenção de sua frota, em quantidade e características definidas no plano estratégico a ser elaborado pelos partícipes, fornecendo-lhes combustível, de forma a garantir disponibilidade em tempo integral, para uso exclusivo nas atividades de policiamento integrado, objeto do presente Acordo;

f) ceder viatura tipo FURGÃO, equipada para funcionar como posto de comando avançado, com as características definidas no plano estratégico a ser elaborado pelos partícipes;

g) disponibilizar, por meio do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR, cursos ministrados pela CÂMARA de interesse



da PMDF, objetivando a cooperação mútua na formação e aprimoramento técnico-profissional;

h) disponibilizar, com alocação de equipamentos nas instalações da 4ª CPMInd, o monitoramento das imagens geradas pelo Circuito Fechado de Televisão - CFTV;

i) ceder à 4ª CPMInd equipamentos de proteção individual, tais como escudos, tonfas, capacetes, caneleiras etc.;

j) conceder aos policiais lotados na 4ª CPMInd acesso à biblioteca da Câmara dos Deputados e permissão para retirada de livros sob cautela;

k) disponibilizar à 4ª CPMInd, em suas instalações, uma máquina copiadora;

l) instalar câmeras de vigilância nas quadras residenciais;

m) contratar, se necessário, consultores especialistas nas áreas de planejamento estratégico e de segurança pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DA PMDF

a) participar do planejamento estratégico e de ações gerais relativas ao policiamento e à segurança das áreas descritas no objeto deste Acordo;

b) providenciar reforço para atuar conjuntamente com a 4ª CPMInd, nos dias de eventos de grande potencial de risco à ordem pública, nas adjacências do complexo predial da CÂMARA;

c) viabilizar transferência à CÂMARA de informações atinentes à área de inteligência;

d) participar, em conjunto com o Departamento de Polícia Legislativa – DEPOL, de grupo de gerenciamento de crise;

e) disponibilizar o estande de tiro da PMDF para treinamento dos agentes de polícia da CÂMARA, mediante prévio agendamento;

f) participar da elaboração e execução de exercícios de gerenciamento de crise, como abandono de edifícios em situações de emergência, programados e coordenados pela CÂMARA;

g) cooperar com a CÂMARA na realização de projetos de interesse mútuo atinentes ao objeto deste Acordo, tornando disponíveis equipamentos e outros recursos;

h) promover campanhas educativas, tendo como principais alvos servidores da CÂMARA, parlamentares, visitantes e moradores dos blocos de apartamentos funcionais;

i) disponibilizar vagas nos cursos ministrados pela PMDF, em conformidade com as vagas oferecidas pela sua Diretoria de Ensino; e

j) disponibilizar vagas no curso de policiamento legislativo, desenvolvido e executado pela 4ª CPMInd, visando melhor atender ao objetivo deste Acordo.



CLÁUSULA QUARTA – DA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Até o décimo dia da assinatura deste instrumento, cada partícipe designará, no mínimo, 2 (dois) servidores, que deverão, no prazo de até 3 (três) meses contados do início da vigência, elaborar relatório e plano estratégico, visando à identificação das ações prioritárias e dos recursos necessários para consecução do objeto deste Acordo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E PREVENÇÃO

Em decorrência do disposto na Cláusula Primeira, a 4ª CPMInd e o DEPOL executarão as atividades estratégicas nas áreas adjacentes ao complexo predial da CÂMARA, compreendendo o Edifício Principal, Anexos I, II, III e IV, Complexo Avançado, Blocos Residenciais Funcionais, Depósito do SIA, Residência Oficial e Torre de Rádio e de TV da CÂMARA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS LINHAS DE AÇÃO

Constituem linhas de ação deste Acordo, entre outras:

- a) compartilhamento de conhecimentos e experiências entre a PMDF e a CÂMARA, visando à perfeita integração das operações pertinentes ao presente Acordo;
- b) participação de agentes de polícia da CÂMARA em cursos e estágios próprios da PMDF, bem como a participação de policiais militares em cursos oferecidos pela Câmara dos Deputados;
- c) promoção de campanhas, com a finalidade de orientar servidores, parlamentares e visitantes da CÂMARA, sobre os procedimentos a serem adotados em circunstâncias especiais;
- d) participação conjunta da PMDF, por meio da 4ª CPMInd, e da CÂMARA, por intermédio do DEPOL, na formulação de planejamento estratégico e adoção de medidas pertinentes à área de segurança.

Parágrafo único – Outras linhas de ação consideradas necessárias pelos partícipes e inerentes à execução do objeto deste Acordo poderão ser adicionadas a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo próprio, observadas as disposições da Instrução Normativa do Tesouro Nacional nº 1/97, da Lei de Licitações e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

As linhas de ação mencionadas na Cláusula Sexta, bem como, no que couber, as atribuições previstas na Cláusula Segunda, estão consignadas no Plano de Ações constante do Anexo Único deste instrumento, e suas implementações consistirão de termos aditivos próprios, os quais especificarão as condições para suas consecuições.



Parágrafo único – O Plano de Trabalho para a implantação das linhas de ação consignadas no Anexo Único deste Acordo obedecerá à legislação vigente, especificando as metas, etapas, quantificação e cronograma de execução, fontes de recursos, obrigações das partes, sem prejuízo de outras disposições.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao implemento das ações do plano estratégico e respectivos cronogramas de desembolso serão discriminados em termos aditivos específicos para cada linha de ação que exigir investimento.

Parágrafo primeiro – Os bens, com exceção das projeções prediais, notadamente onde se localiza a 4ª CPMInd, poderão ser transferidos à PMDF, de acordo com a conveniência e oportunidade.

Parágrafo segundo – As despesas de investimento decorrentes da operacionalização das linhas de ação deste Acordo correrão à conta de dotações próprias e específicas dos orçamentos dos partícipes, bem como de contratos já firmados pela CÂMARA com seus fornecedores de bens e serviços, ou, ainda, por meio de instrumentos próprios, mediante prévia autorização do Diretor-Geral da CÂMARA, e observadas as normas licitatórias em vigência.

Parágrafo terceiro – Eventuais despesas operacionais realizadas pela PMDF, relativas a materiais de consumo, originárias exclusivamente da execução de ações pertinentes ao presente Acordo, serão ressarcidas pela CÂMARA, observando-se critérios básicos de razoabilidade, as disposições da Lei 4.320/64 e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Acordo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único – Este Acordo poderá ser rescindido por interesse comum dos partícipes, bem como ser denunciado por qualquer deles, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos pertinentes ao presente Acordo serão solucionados mediante entendimento entre os partícipes e, sendo necessário, formalizados em termos aditivos.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo deverá ser publicado pela Câmara dos Deputados, de forma resumida, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da LEI c/c o parágrafo único do artigo 109 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Considera-se órgão fiscalizador do presente Acordo o DEPOL, localizado na CÂMARA, Edifício Anexo I, 2º andar, o qual indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização.

Parágrafo único – A PMDF nomeará executor, por meio de instrumento próprio, para acompanhamento e execução deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Acordo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 09 (nove) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas, que também o subscrevem.

Brasília, 29 de dezembro de 2008.

Pela CÂMARA:

Pela PMDF:

Sérgio Sampaio C. de Almeida
Diretor-Geral
CPF nº 358.677.601-20

Antônio J. de O. Cerqueira–Cel.QOPM
Comandante-Geral
CPF nº 459.962.457-87

Testemunhas: 1) _____

2) _____



PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICÍPIES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ nº 00.530.352/0001-59

Endereço: Praça dos Três Poderes, Brasília – DF

Telefones: (61) 3214-6949 / (61) 3214-6445

Responsável: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida – Diretor-Geral

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

CNPJ nº 08.942.610/0001-16

Endereço: Setor de Áreas Isoladas – Palácio Tiradentes – Quartel do Comando-Geral da PMDF – SAISO – Brasília-DF – CEP: 70.010-200

Telefones: (61) 3445-1094 / Fax: (61) 3445-1244

Responsável: Antônio José de Oliveira Cerqueira – Coronel QOPM Comandante-Geral da PMDF

2. DO OBJETO

Desenvolvimento, implantação e aperfeiçoamento de Sistema Integrado de Policiamento Ostensivo Especializado e de Segurança Estratégica nas áreas públicas adjacentes ao complexo predial da Câmara dos Deputados.

3. DAS METAS

- Dispor de um Sistema Integrado de Policiamento Ostensivo Especializado;
- Dispor de um Sistema Integrado de Segurança Estratégica.

O alcance dessas metas pressupõe, ainda, o seguinte:

- a) participação conjunta entre a PMDF, por meio da 4ª CPMInd, e a polícia da CÂMARA na formulação de planejamento estratégico e ações gerais na área de segurança;
- b) o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os integrantes da PMDF e os agentes do Departamento de Polícia Legislativa da CÂMARA, a fim de que haja uma perfeita integração de ações;
- c) a participação de agentes de polícia da CÂMARA em cursos e estágios próprios da PMDF, bem como a participação de policiais militares em cursos oferecidos pela CÂMARA;



- d) promoção de campanhas educativas, com a finalidade de orientar servidores, parlamentares e visitantes da CÂMARA sobre os procedimentos a serem adotados em circunstâncias especiais, como o comportamento em caso de manifestações públicas e prevenção de delitos.

4. ETAPAS:

Do Sistema Integrado de Policiamento Ostensivo Especializado:

- a) criação de um Gabinete de Policiamento Integrado entre a PMDF e o DEPOL;
- b) operacionalização de Policiamento Integrado;
- c) implantação de policiamento de rotina (presença de policiais militares em postos específicos e rondas ostensivas motorizadas);
- d) policiamento estratégico seletivo com uso do CFTV;
- e) policiamento especial em dias de manifestações (aumento do contingente da PM e emprego de forças especiais em posições estratégicas);
- f) controle de trânsito (diário em pontos específicos nos horários de pico);
- g) integração da comunicação DEPOL / PMDF (4ª CPMInd).

Do Sistema Integrado de Segurança Estratégica:

- a) criação de um Gabinete Integrado de Planejamento e Segurança Estratégica;
- b) implantação de Gabinete Integrado de Gerenciamento de Crise;
- c) programa de orientação à população estática sobre aspectos de segurança e comportamento em situações de crise;
- d) integração de informações de inteligência;
- e) implantação de programa de profissionalização integrada aplicada.

5. DO PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros relativos ao implemento das ações do plano estratégico e respectivos cronogramas de desembolso serão discriminados em termos aditivos específicos para cada linha de ação que exigir investimento, observando-se as normas pertinentes, em particular o art. 116, da Lei nº 8.666/93, e a IN nº 1/97 da STN.

6. DOAÇÃO DE BENS

Os bens cedidos pela CÂMARA, exceto as instalações utilizadas pela 4ª CPMInd, poderão ser transferidos em doação à PMDF.



7. PREVISÃO DE INÍCIO E TÉRMINO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O presente Acordo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

8. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO:

Em conformidade com o Art. 116, § 1º da Lei nº 8.666/93, aprovo o respectivo Plano de Trabalho de acordo com as suas metas e etapas programadas.

Brasília, 29 de dezembro de 2008.

Pela CÂMARA:

Pela PMDF:

Sérgio Sampaio C. de Almeida
Diretor-Geral
CPF nº 358.677.601-20

Antônio J. de O. Cerqueira–Cel.QOPM
Comandante-Geral
CPF nº 459.962.457-87

Testemunhas: 1) _____

2) _____